



**Escola Profissional**  
**BENTO DE JESUS CARAÇA**  
ASSOCIAÇÃO PARA O ENSINO

# Projeto Educativo 2020/2023

Setembro 2020

Cofinanciado por:



## Índice

1. Introdução	2
2. Missão, Visão e Valores	5
3. Principais objetivos	9
3.1. Sucesso Educativo	9
3.2. Educação para a Cidadania Democrática	10
4. Construção do Modelo Pedagógico	14
5. Avaliação da Qualidade	16
6. Estratégia de Internacionalização	17

## 1. INTRODUÇÃO

1.1 O Projeto Educativo da Escola Profissional Bento de Jesus Caraça (EPBJC) - em permanente processo de aperfeiçoamento e melhoria - tem, ao longo dos 30 anos de existência da Escola, confirmado a sua adequação aos objetivos que subjazeram à criação da EPBJC. Uma Escola que tem como principais referências: o ideário social da sua entidade promotora, a Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses - Intersindical Nacional (CGTP-IN); o pensamento pedagógico e cultural do seu patrono, Bento de Jesus Caraça; os valores carreados pela Revolução do 25 de Abril de 1974 e; o projeto de sociedade preconizado na Constituição da República Portuguesa.

1.2 A EPBJC foi criada em 1990, na sequência de um protocolo estabelecido entre o Ministério da Educação e a CGTP-IN.

A iniciativa da CGTP-IN fora tomada com o firme propósito de contribuir para colmatar uma insuficiência e uma necessidade objetiva do país, ao nível da educação e da formação. Uma iniciativa indissociável do seu projeto sindical democrático, progressista e transformador da sociedade e da sua convicção de que a educação e a formação ao longo da vida constituem veículos primordiais para promover a igualdade de oportunidades, valorizar o trabalho e os trabalhadores e desenvolver o país.

No seu Programa de Ação, a CGTP-IN defende a melhoria das qualificações como uma necessidade «para desenvolver o País, aumentar a produtividade, o nível de vida e os salários, responder aos desafios da evolução científica e técnica e avançar em direção ao pleno emprego». Para a CGTP-IN, «a par da qualificação dos mais jovens, é necessário considerar aqueles que já trabalham, apostando em políticas de formação contínua e qualificação que respondam às necessidades de toda a população activa». Para a Central Sindical, é imperioso dinamizar a produção nacional, investir no conhecimento e na inovação, garantir o emprego e dignificar o trabalho, rompendo com o modelo de baixos salários e baixas qualificações, combatendo as desigualdades.

A dignificação social do trabalho, como fator quer de integração e participação social, quer de realização pessoal, constitui um património que incorpora valores que a EPBJC pretende que sejam apropriados pelos seus alunos.

É nesse sentido que a CGTP-IN defende o papel insubstituível da «Escola Pública Democrática, Gratuita, de Qualidade e Inclusiva».

- 1.3 A escolha de Bento de Jesus Caraça para patrono da nossa Escola constituiu e constitui uma homenagem à sua vida e obra, mas também uma forma de a EPBJC se apropriar do seu alto exemplo cívico e moral de intelectual português que lutou contra a ditadura fascista que se viveu no nosso país antes do 25 de Abril. Nascido em 1901, em Vila Viçosa, filho de trabalhadores agrícolas, foi em condições muito difíceis que conseguiu prosseguir estudos. A sua excepcional envergadura intelectual permitiu-lhe alcançar o grau mais elevado de professor catedrático de matemática, com apenas 26 anos. Nunca esquecendo as suas origens, lutou em conjunto com outros professores e democratas contra a ditadura de Salazar. Como represália, em 1946, é preso pela PIDE e, tal como outros professores universitários é demitido do ensino oficial.

O seu pensamento pedagógico baseava-se em duas noções fundamentais: a cultura integral do indivíduo como objetivo a alcançar e a defesa do que antes se chamava «escola única» como princípio organizador do ensino, recusando que houvesse uma escola para ricos e outra para os filhos dos trabalhadores.

Bento de Jesus Caraça considerava que a questão da cultura de toda a Humanidade era um problema central do seu tempo (questão de toda a atualidade no tempo presente). Definia a aquisição da cultura como uma tomada de consciência e elevação constante das mais positivas possibilidades humanas sob o ponto de vista físico, intelectual, moral e artístico. A cultura não poderia ser, portanto, monopólio de uma “elite”, mas uma reivindicação para toda a Humanidade, o que pressupõe a emancipação económica dos homens e das mulheres e a eliminação de sistemas baseados na exploração.

A elevação da cultura científica dos portugueses foi uma das suas grandes apostas, criando e dinamizando a Biblioteca Cosmos, responsável pela edição de centenas de livros, com muitos milhares de exemplares, de divulgação científica de qualidade. Encarava a ciência como “um organismo vivo, impregnado de condição humana, com as suas forças e as suas fraquezas e subordinado às grandes necessidades do Homem na sua luta pelo entendimento e pela libertação”, surgindo assim como um grande capítulo da vida humana social.

1.4 A Revolução do 25 de Abril de 1974 e a Constituição da República Portuguesa constituem grandes referências do nosso projeto educativo.

No preâmbulo da Constituição pode ler-se:

*« A 25 de Abril de 1974, o Movimento das Forças Armadas, coroando a longa resistência do povo português e interpretando os seus sentimentos profundos, derrubou o regime fascista.*

*Libertar Portugal da ditadura, da opressão e do colonialismo representou uma transformação revolucionária e o início de uma viragem histórica da sociedade portuguesa.*

*A Revolução restituiu aos Portugueses os direitos e liberdades fundamentais (...)*

*A Assembleia Constituinte afirma a decisão do povo português de defender a independência nacional, de garantir os direitos fundamentais dos cidadãos, de estabelecer os princípios basilares da democracia, de assegurar o primado do Estado de Direito democrático e de abrir caminho para uma sociedade socialista, no respeito da vontade do povo português, tendo em vista a construção de um país mais livre, mais justo e mais fraterno.»*

Em 2 de abril de 1976, a Assembleia Constituinte aprova a Constituição, que consagra direitos, liberdades e garantias fundamentais, indissociáveis das lutas travadas pelos trabalhadores e pelo povo e das suas conquistas.

Alvo de sete revisões e ainda que refletindo alguns recuos face à sua matriz inicial, mantém a sua natureza democrática e progressista que, na sua génese, coloca como inseparáveis as vertentes, política, económica, social e cultural da democracia, aliadas aos desígnios da independência e soberania nacionais. Inscreve os direitos dos trabalhadores como intrínsecos à democracia, reconhecendo às mulheres o direito à igualdade no trabalho, na família e na sociedade, consagra os direitos das crianças e jovens, dos reformados, dos cidadãos com deficiência, proclama a subordinação do poder económico ao poder político, lança as bases dos direitos sociais e culturais e consagra como princípios e valores inalienáveis, um Portugal independente, soberano, de paz e cooperação.

A Constituição estabelece que todos têm direito à educação e à cultura, incumbindo ao Estado promover a sua democratização, e que todos têm direito ao ensino como garantia do direito à igualdade de oportunidades de acesso e êxito escolar. Sobre a participação democrática no ensino, reconhece aos professores e alunos o direito de participarem na gestão democrática das escolas.

## **2. MISSÃO, VISÃO E VALORES**

### **2.1 Missão**

A missão da EPBJC sintetiza-se nos seguintes objetivos essenciais:

- Proporcionar aos alunos uma formação sociocultural, científica, tecnológica e prática, visando o seu desenvolvimento pessoal e cultural, a integração socioprofissional e criar condições para que possam prosseguir estudos; prepará-los para o exercício profissional qualificado nas áreas de formação escolhida; facultar contactos e experiências profissionais, no âmbito da sua formação, com o mundo do trabalho.
- Trabalhar em articulação com as instituições económicas, profissionais, associativas, sociais, culturais e educativas, das respetivas regiões, tendo em atenção a adequação da oferta formativa às necessidades específicas das mesmas e a otimização dos recursos disponíveis.
- Contribuir para o desenvolvimento económico e social do país, através de uma formação de qualidade dos recursos humanos.
- Promover a formação integral dos alunos, qualificando-os com competências culturais, científicas, técnicas e profissionais e contribuir para o exercício de uma cidadania ativa e participativa.

### **2.2 Visão**

A prática da EPBJC assenta nas seguintes premissas e perspetivas:

- Defesa de um ensino de qualidade, diverso nas respostas, mas não discriminatório. Todas as vias de ensino (profissional, científico-humanístico e artístico) devem ter igual dignidade, existindo, entre elas, níveis de permeabilidade, recusando o encaminhamento precoce, bem como dificuldades acrescidas em qualquer delas, no que respeita ao acesso ao ensino superior.

- A diversificação dos percursos escolares deve ser enriquecedora e aprofundar a democraticidade do ensino.
- Sem descurar, e até incentivando, a perspetiva de prosseguimento de estudos e da formação ao longo da vida, ao promover o ensino e a educação pelas profissões, a EPBJC prepara os jovens para a sua integração na vida socioeconómica do país, valorizando a Formação em Contexto de Trabalho (FCT), através de uma articulação e acompanhamento que proporcionem experiências de trabalho de qualidade e enriquecedoras na formação dos alunos.
- Pela sua duração, currículo, grau académico, certificação profissional e possibilidade de prosseguimento de estudos, o ensino profissional deve ser uma via com igual dignidade social, o que só é possível, nomeadamente, estando garantidas as necessárias condições de financiamento.
- A EPBJC valoriza e defende o futuro do ensino profissional de qualidade em Portugal e recusa a sua descaraterização ou subvalorização.

### **2.3 Valores**

A EPBJC persegue e respeita valores civilizacionais e democráticos:

- Cada jovem tem direito a desenvolver-se como pessoa, ser humano e ser social. Por isso, olha para o aluno como um todo, com a sua personalidade, o seu percurso, o seu contexto, as suas aspirações, e não apenas como depositário de conhecimento ou futuro profissional.
- Assume-se como uma Escola inclusiva, que combate os múltiplos fatores de exclusão social, económica e cultural; promove valores como a justiça social, a igualdade, a fraternidade e a solidariedade, como contraponto ao individualismo e à visão caritativa e “assistencialista”, favorecendo a cooperação em detrimento da competição.
- Defende o direito à privacidade de todos os alunos, trabalhadores, encarregados de educação e demais entidades que se relacionam com a Escola; promove o espírito de iniciativa dos alunos enquanto construtores sociais do seu percurso de vida, em que se inscreve uma postura ativa de defesa dos seus direitos e garantias.



- A educação pela cidadania, ajudando à aquisição de comportamentos de intervenção cívica, balizada em valores democráticos, humanistas e de solidariedade, presentes na Constituição da República Portuguesa.



### 3. PRINCIPAIS OBJETIVOS

Para o triénio 2020/2023, a EPBJC define dois grandes objetivos:

- Aprofundar a cultura escolar de sucesso educativo de todos os alunos
- Promover a educação para a cidadania, tendo como referências os princípios e valores consagrados na Constituição da República Portuguesa e operando com os alunos à saída da escolaridade obrigatória.

Para atingir tais objetivos, a EPBJC está apostada em desenvolver uma cultura profissional com a participação de todos os professores na construção de um modelo pedagógico que seja coerente com os objetivos enunciados.

É fundamental a motivação das equipas de trabalhadores (docentes e não docentes), das delegações e da sede, identificadas com o Projeto da Escola e, para isso, é importante que a Escola, enquanto instituição, seja também um espaço de realização profissional para cada um dos seus trabalhadores, proporcionando-lhes perspetivas de desenvolvimento e de futuro. O seu envolvimento é uma enorme mais-valia.

#### 3.1 Sucesso Educativo

Todos os alunos têm direito ao sucesso educativo. O sucesso não se decreta, não é um dado, é uma construção que envolve (responsabiliza) o aluno e os alunos, os professores, todos os trabalhadores da escola, a família e, desde logo no desenvolvimento da FCT, os empregadores, isto é, o conjunto da comunidade onde nos inserimos. A diversidade de intervenientes não dilui a responsabilidade individual de cada um, mas é no conjunto que se consegue congrega o contributo de todos, em que o sucesso de cada um não é o fracasso dos outros.

De acordo com esta conceção - simultaneamente compromisso de ação - o sucesso educativo passa pela criação e desenvolvimento permanente de uma cultura democrática de sucesso, em que se destaca os seguintes elementos:

- O reconhecimento de que todos os alunos são capazes de aprender tudo o que ensinamos na Escola;
- A valorização da dimensão humana e pessoal, em que se aceita cada aluno tal como é e não como se gostaria que fosse;

- O contributo da família como parceiros e não como alvo de juízos de valor ou a quem se atribuem culpas;
- A participação dos alunos na construção da aprendizagem, ensinando cada um e o grupo a partir do ponto onde estão, com a sua cultura e os seus valores, que se respeitam, procurando, quando muito, alinhá-los com os valores perseguidos pela Escola;
- A construção de um modelo pedagógico tendo como objetivo o sucesso de todos;
- O valor educativo do trabalho para uma formação integral;
- A motivação e a elevação das expectativas dos alunos.

Só com o sucesso dos alunos existe o sucesso dos professores, das equipas, do todo da Escola. O sucesso é um imperativo ético da comunidade escolar.

Neste âmbito, a EPBJC define os seguintes indicadores e objetivos prioritários:

- Diminuir a taxa de desistências, de modo a que cada turma termine com, pelo menos, 21 alunos;
- Aumentar a taxa de conclusão dos alunos que frequentam o ciclo de formação completo, tendencialmente para os 100%;
- Diminuir o número de alunos com módulos em atraso e o seu cômputo global. Cada turma, anualmente, fixa metas sobre este indicador e trimestralmente define planos estratégicos para a sua recuperação;
- Diminuir o absentismo injustificado e o número de alunos e de horas que precisam de ser “compensadas”;
- Desenvolver estratégias de apoio ao prosseguimento de estudos;
- Acompanhar e apoiar a inserção no mercado de trabalho;
- Trabalhar as competências sociais, emocionais e comunicacionais dos alunos.

### **3.2 Educação para a cidadania**

Desde sempre, a EPBJC inscreveu, no seu Projeto Educativo, a contribuição para a formação dos seus jovens alunos, ajudando-os a tornarem-se cidadãos conscientes, informados, preocupados com os outros, ativos, responsáveis e, ao mesmo tempo, profissionais competentes.

A educação dos jovens é um processo coletivo e social, que começa na família, na comunidade e no grupo de pares, fortemente influenciado pelo que circula nas redes sociais e nos órgãos da comunicação social dominante, detidos pelos grandes poderes económicos e financeiros e servindo os seus interesses.

A Escola pode e deve desenvolver um papel insubstituível na educação dos jovens, um papel que se expressa de forma mais ou menos explícita, designadamente através das regras, direitos e deveres que estabelece, contribuindo para a formação cívica dos alunos.

Em 2018, o Decreto-lei n.º 55/2018, de 6 de julho, que estabelece o currículo dos ensinos básico e secundário e os princípios orientadores para a sua conceção, incluiu na matriz curricular-base a componente de formação de Cidadania e Desenvolvimento, cabendo a cada escola definir a sua estratégia de educação para a cidadania, no âmbito da Estratégia Nacional da Educação para a Cidadania.

Constituem-se como domínios a trabalhar com os alunos:

- i. Os Direitos humanos (civis e políticos, económicos, sociais e culturais e de solidariedade)
- ii. Igualdade de género
- iii. Interculturalidade (diversidade cultural e religiosa)
- iv. Desenvolvimento sustentável e educação ambiental
- v. Saúde (promoção da saúde, saúde pública, alimentação, exercício físico e saúde sexual)
- vi. Instituições e participação democrática
- vii. Mundo do trabalho (direitos dos trabalhadores e movimento sindical)

A componente de Cidadania e Desenvolvimento é uma área de trabalho transversal, onde se cruzam os contributos das diferentes componentes de formação, disciplinas e Unidades de Formação de Curta Duração (UFCD) com os temas da estratégia da Escola da educação para a cidadania, através do desenvolvimento e concretização de projetos pelos alunos.

O objetivo principal da Área de Integração é a educação para a cidadania e o desenvolvimento de competências sociais. Os domínios elencados anteriormente devem ser trabalhados no programa desta área curricular.

Anualmente, será selecionado um Tema de Projeto de Escola, a nível nacional, de relevância social e política, que será, depois, desenvolvido em cada turma no âmbito do Projeto Curricular de Turma, com a participação dos alunos na definição dos subtemas que pretendem trabalhar e das atividades a realizar. Estes trabalhos devem ser apresentados a toda a turma e, sempre que possível, a todos os alunos e familiares e cada delegação. O objetivo é que os alunos aumentem os seus conhecimentos sobre temas relevantes, melhorando a sua compreensão e tornando-os mais conscientes das suas aprendizagens.

Cada turma, anualmente, deve ter, pelo menos, um projeto com a comunidade, proporcionando o contacto dos alunos com outras camadas da população e os seus problemas, nomeadamente, através da cooperação com outras instituições.

As comemorações do 25 de Abril e do 1º de Maio devem constar do Plano de Atividades de cada delegação, com atividades que envolvam todos os alunos, onde para além de atividades lúdicas e desportivas, deve haver sempre uma componente política.

Aprofundar o funcionamento democrático da Escola, melhorando a participação dos alunos aos mais diversos níveis, desde os processos de aprendizagem à organização da vida escolar. As Assembleias de Turma e o Conselho de Delegados são formas organizativas que possibilitam uma acrescida participação institucional dos alunos.

A "Hora de Orientação Educativa de Turma", no horário semanal da turma, se bem planificada, possibilita uma discussão regular e sistemática de todos os problemas com os alunos, no plano das aprendizagens, dos comportamentos e dos projetos.

A avaliação das atividades desenvolvidas deve refletir-se na classificação dos módulos durante os quais foram desenvolvidos. A participação dos alunos nos projetos desenvolvidos no âmbito desta componente é objeto de registo no certificado do aluno.

Os responsáveis por esta componente são, ao nível da turma, o professor da Área de Integração e o Orientador Educativo de Turma; ao nível da delegação o Diretor Pedagógico da Delegação e; a nível nacional, o Presidente da Direção Pedagógica.

#### 4. CONSTRUÇÃO DO MODELO PEDAGÓGICO

O modo de ensinar e de organizar as estratégias de aprendizagem não é independente dos objetivos que se assumem e do que se pretende que os alunos aprendam.

Trata-se de romper com uma tradição ainda muito forte de “ensinar a muitos como se fossem um só”, de romper com a pedagogia magistral, a mesma lição e os mesmos exercícios para todos ao mesmo tempo.

É um enorme desafio em que se encontram envolvidos os professores e alunos da EPBJC. É a construção de um modelo pedagógico que procura responder, de maneira integrada, à diversidade dos alunos, que têm direito ao sucesso baseado na aprendizagem cooperativa e na diferenciação pedagógica, em que destacamos os seguintes elementos:

- Papel ativo dos alunos na construção das suas aprendizagens, pelo que o ato de ensinar se deve basear muito na construção de atividades para os alunos desenvolverem;
- Utilização de estratégias de aprendizagem alicerçadas em grupos cooperativos heterogéneos, em que os alunos assumem diferentes papéis e responsabilidades, não é todos a fazerem a mesma coisa ao mesmo tempo;
- Trabalho por projetos como uma opção de fundo na organização do trabalho escolar, um tempo forte de práticas diferenciadas, realizadas em pares ou pequenos grupos;
- Realização de projetos interdisciplinares, podendo englobar várias disciplinas da área técnica, mas também da área científica e da área sociocultural;
- Gestão do tempo de aula, criando o tempo de estudo autónomo, em que os alunos se guiam, preferencialmente, por um Plano Individual de Trabalho, possibilitando ao professor individualizar o seu trabalho de ensino com os alunos que apresentam necessidades específicas;
- Instituição de processos de avaliação que permitam a adaptação do ensino às diferenças individuais observadas nas aprendizagens. Uma avaliação plenamente integrada no processo de ensino e na aprendizagem, cuja principal função é regular e melhorar as aprendizagens dos alunos, o que pressupõe a partilha de responsabilidades em matéria de avaliação e aprendizagem.

O Projeto Curricular de Turma em cuja construção são envolvidos todos os professores da turma, mas também os alunos, é o documento de planificação das atividades da turma e do modo como vai ser desenvolvido o currículo. É neste instrumento que se caracteriza a turma na sua diversidade, se definem os objetivos prioritários, se decidem os projetos a trabalhar com a comunidade, as visitas de estudo e o trabalho extra letivo, as atividades a realizar sobre o Tema do Projeto da Escola, como se vai comemorar o 25 de Abril e o 1º de Maio, etc. Trimestralmente, este documento deve ser avaliado e de forma dinâmica integrar os Planos Estratégicos da Turma face aos problemas e desafios colocados.

No Projeto Curricular de Curso, devem estar definidos os principais projetos interdisciplinares a desenvolver, a planificação do elenco modular, como desenvolver a Formação em Contexto de Trabalho e a Prova de Aptidão Profissional.

Os Guias de Aprendizagem construídos pelos professores, para o grupo de alunos de cada turma, em alternativa aos Manuais Escolares - que a EPBJC não adota -, são um auxiliar educativo e um importante instrumento de gestão curricular do professor e uma afirmação da sua autonomia.

As ruturas que este modelo pedagógico implica não se fazem isoladamente, o trabalho cooperativo entre professores é essencial e absolutamente necessário. As sessões de autoformação cooperada precisam de ser melhor preparadas e alargado o âmbito das temáticas em reflexão. Para além do trabalho em sala de aula com os alunos, é importante refletir sobre o papel do Projeto Curricular de Turma, o Plano Estratégico de Turma, o Sistema da Qualidade ao nível da turma e da delegação, a educação para a cidadania, entre outros aspetos.

Sem nunca substituir o papel fundamental do professor e da sua presença, a evolução tecnológica e a sua apropriação pelos professores e alunos tem um grande impacto nas aprendizagens, coloca novas exigências ao trabalho docente e à sua formação.

O modelo pedagógico em construção e desenvolvimento na EPBJC implica o envolvimento ativo e a valorização do papel de todos os intervenientes educativos, no sentido de potenciar o sucesso escolar. Nesta perspetiva, pretende-se reforçar:

- A valorização do professor enquanto elemento basilar do processo educativo e como profissional competente na definição da estratégia didático-pedagógica e gestor do currículo.



- O papel do aluno enquanto agente regulador do seu processo de aprendizagem, de construção social e pessoal, em cooperação com os seus pares e com todos os elementos da comunidade educativa.
- O envolvimento ativo dos encarregados de educação no processo de aprendizagem de cada aluno, possibilitando-lhe um acompanhamento do seu percurso em interação com os vários órgãos escolares, num compromisso educativo e social de responsabilização mútua pelo sucesso educativo.
- O contributo dos trabalhadores não docentes quer da área administrativa quer de outros serviços técnicos, como o Serviço de Psicologia e Orientação, são essenciais para garantir as condições ao bom desempenho do trabalho pedagógico. Na primeira linha dos contactos com as famílias, com os alunos nos espaços extra aula e com outras entidades com quem a Escola se relaciona, os trabalhadores não docentes desempenham um papel que constitui um enorme contributo para a imagem e prestígio da instituição. Um papel cuja assunção prática pressupõe uma grande identificação com o Projeto Educativo.

## 5. AVALIAÇÃO DA QUALIDADE

A atribuição, em janeiro de 2020, do selo de conformidade EQAVET (Quadro de Referência Europeu de Garantia da Qualidade para o Ensino e a Formação Profissional), pelo período de 3 anos, atestando que a EPBJC tem implementado um Sistema de Garantia da Qualidade consistente, foi o reconhecimento de um processo em que ao longo dos anos se foi construindo uma cultura da qualidade em que se procura conhecer os resultados, avaliar os processos e monitorizar os procedimentos.

Há mais de 12 anos que a EPBJC já dispõe de um Observatório da Qualidade, em que a recolha, tratamento e análise dos resultados dá origem a relatórios que são encaminhados para os órgãos responsáveis, onde são avaliados e dão origem a tomadas de decisão.

O Quadro EQAVET, com os seus princípios (visão estratégica, visibilidade dos processos e resultados; envolvimento dos parceiros internos e externos; melhoria contínua, utilizando os indicadores selecionados; e a utilização do ciclo da qualidade), permitiu à Escola sistematizar e formalizar muito do que já se fazia, mas também se traduziu e traduz num salto qualitativo que importa alargar, desenvolver e consolidar aos mais diversos níveis.

A EPBJC melhorou muito a visibilidade do seu trabalho e dos seus resultados. Ao nível dos processos, por exemplo, foi criado um plano de formação baseado nas necessidades identificadas por cada trabalhador. Os processos administrativos e financeiros foram devidamente regulamentados ao nível dos procedimentos.

O envolvimento dos professores e dos alunos na definição de metas e objetivos está devidamente definido. Os processos de avaliação e melhoria (os planos estratégicos de turma) são um campo onde ainda é possível melhorar muito.

É necessário continuar a aprofundar a reflexão e a melhoria de processos na abordagem aos encarregados de educação e aos empregadores, de modo a envolvê-los mais, com vista ao sucesso educativo dos alunos.

Os documentos de planificação da Escola, nomeadamente Projetos Curriculares de Turma e Planos de Atividades das Delegações, precisam de refletir melhor o que já se faz e lançar novos desafios.



A avaliação no Sistema EQAVET foca-se num conjunto de indicadores como taxas de conclusão, taxas de colocação no mercado de trabalho e de prosseguimento de estudos, colocação na área de formação e grau de satisfação dos empregadores. Para além destes indicadores, a EPBJC definiu um conjunto de indicadores internos que lhe permitem: avaliar os resultados, trimestralmente e; anualmente, taxas de desistência, aproveitamento escolar (nº de módulos não realizados), assiduidade e taxa de transição de ano.

Também foi desenvolvida a avaliação noutras dimensões, como a monitorização dos processos técnico-pedagógicos, a avaliação dos trabalhos dos professores e dos diretores das delegações.

A avaliação do trabalho docente na EPBJC tem como objetivo a melhoria do trabalho docente e como reflexo a melhoria das aprendizagens dos alunos. Sem impacto na progressão da carreira e, como tal, não dando lugar a qualquer classificação, o modelo de avaliação praticado visa o crescimento profissional do docente e a melhoria e controlo dos resultados, em ordem à satisfação dos objetivos e metas fixados.

É um processo que tem os seguintes elementos:

- Relatório de Autoavaliação do docente
- Análise do dossiê técnico-pedagógico do professor
- Observação de aula
- Entrevista de Reflexão
- Relatório de Avaliação elaborado pela Comissão da Avaliação
- Plano de Melhoria e Desenvolvimento

O processo de avaliação do trabalho dos diretores já foi iniciado, mas está ainda numa fase de generalização e experimentação, para medir o seu impacto.

## 6. ESTRATÉGIA DE INTERNACIONALIZAÇÃO

Cada vez é mais importante e maiores as expectativas dos alunos e encarregados de educação sobre a possibilidade da Escola proporcionar experiências noutros países, durante a sua formação.

Pela sua natureza, condições que oferece e fins o Programa de Mobilidade Erasmus permite que os alunos enriqueçam a sua experiência profissional e pessoal no estrangeiro, ponham em prática o que aprenderam noutro contexto, falem outras línguas, utilizem outras ferramentas e vivam desafios trabalhando com outros tutores e colegas, reforçando a sua autonomia, autoestima, desenvolvendo competências interculturais e enriqueçam o seu currículo profissional.

Os professores podem conhecer outros sistemas de ensino, aprender e partilhar boas práticas com os colegas de outros países; desenvolvendo novos métodos e estratégias de ensino.

A comunicação, a resolução de problemas, o trabalho em equipa, a flexibilidade e a adaptabilidade são competências transversais que podem ser muito aumentadas com estas experiências e um reforço para a motivação dos alunos, professores e outros trabalhadores.

Tendo como objetivo a acreditação Erasmus da EPBJC vamos construir e desenvolver um Plano com os seguintes objetivos:

- Melhorar o aproveitamento escolar e, nomeadamente, as competências linguísticas e digitais;
- Reforçar a motivação, autonomia, autoestima e a compreensão das habilitações escolares e as competências profissionais;
- Proporcionar novas experiências profissionais enriquecendo o currículo e aumentando as possibilidades de acesso ao mercado de trabalho;
- Partilhar e aprender novas práticas de ensino e profissionais;
- Promoção da Cidadania, possibilitando aos alunos, professores e outros trabalhadores o conhecimento de outras culturas, as questões de igualdade de género, da migração e ambientais.